

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PRÓ-SABER

ANDRÉA CRISTINA MAIA DE ALMEIDA

A ESCOLA INCLUSIVA E A SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO

Rio de Janeiro

2014

ANDRÉA CRISTINA MAIA DE ALMEIDA

A ESCOLA INCLUSIVA E A SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Superior de Educação Pró-Saber como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Normal Superior, com habilitação em Magistério da Educação Infantil.

Orientadora:
Profa. Dra. Ana Elizabete R. de C. Lopes

Rio de Janeiro

2014

Al64e

Almeida, Andrea Cristina Maia de

A escola inclusiva e a superação do preconceito / Andrea Cristina Maia de Almeida. – Rio de Janeiro: ISEPS, 2014.–
fl. il.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Superior de Educação Pró-Saber, 2014.

Orientador: Profa. Dra. Ana Elisabete Rodrigues de Carvalho Lopes

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Deficiência Física. 4. Escola inclusiva.
I.Título. II. Orientador. III. ISEPS. IV. Instituto Superior de Educação Pró-Saber.

CDD 372

ANDRÉA CRISTINA MAIA DE ALMEIDA

A ESCOLA INCLUSIVA E A SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Superior de Educação Pró-Saber como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Normal Superior, com habilitação em Magistério da Educação Infantil.

Defendido e aprovado em 2 de dezembro de 2014.

EXAMINADORES

Profa. Dra. Ana Elisabete Rodrigues de Carvalho Lopes
Orientador

Metodologia de Pesquisa II

LICENÇAS

Autorizo a publicação desse trabalho na página da Biblioteca do Instituto Superior de Educação Pró-Saber ou em qualquer meio que julgue adequado, tornando lícita sua cópia total ou parcial para fins de estudo e/ou pesquisa.

Essa obra está licenciada sob uma Licença **Creative Commons**, maiores informações <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2014.

ANDRÉA CRISTINA MAIA DE ALMEIDA

DEDICATÓRIA

Dedico essa conquista ao Senhor Jesus que sem ele, seria impossível alcançar essa vitória. Obrigada pelos momentos em que pensei em não aguentar, e o senhor me levantou me renovando a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido esposo e amigo Vitor José que sem medir esforços esteve ao meu lado, nessa jornada, sempre demonstrando carinho e paciência em todos os momentos. Substituindo-me nos afazeres de casa para que eu realizasse esse sonho. O meu muito obrigado! Serei grata eternamente.

Aos meus amados e queridos filhos Felipe, Michele e Ben Hur. Que acreditaram no meu potencial, peço perdão pelos momentos de ausência por conta dos estudos.

Ao meu neto Gabriel que a cada dia vem se transformando em um belo rapaz.

Agradeço a minha nora e amiga Rachel, que me incentivou a retornar os estudos.

As minhas irmãs e grandes amigas Angela e Adelaide pela parceria e apoio.

A mulher mais importante do mundo, minha mãe Maria Beatriz que enfrentou tudo e todos quando nasci. Mãe te agradeço por tudo e ofereço esse trabalho para senhora como prova de amor eterno.

Ao meu pai Armando que se encontra com Deus. Que foi fonte inspiradora com a sua história de vida.

Agradeço a todos os professores do Pró-Saber pelo acolhimento e o olhar diferenciado que lançaram em mim. Aqui meus conhecimentos foram moldados e lapidados.

Agradeço a turma 2012 pelos momentos que passamos juntas compartilhando saberes e experiências, muito obrigada. Conviver com vocês foi gratificante.

“Admito que o deficiente seja vítima do destino, mas não posso admitir que seja vítima também de nossa indiferença.”

John Kennedy

RESUMO

Esse trabalho monográfico aborda questões sobre o movimento de inclusão no campo da educação no Brasil. O foco do estudo é a reflexão sobre a inclusão da pessoa com deficiência física, suas lutas e conquistas, e sobre a legislação e propostas educacionais que foram criadas favorecendo o processo de inclusão educacional das pessoas com deficiência e a igualdade dos direitos na sociedade. Para o desenvolvimento desse estudo, a autora parte do resgate da história de sua vida familiar, através das fotografias de família e da memória de sua convivência com seu pai, deficiente físico, que teve sua vida inteira marcada por apresentar uma parte do corpo diferente. Relata, também, os sentimentos vividos (compartilhados) por ele e com ele. A metodologia de pesquisa se baseou nos Instrumentos metodológicos de Madalena Freire.

Palavras-Chave: Educação. Deficiência física. Inclusão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O MOVIMENTO DE INCLUSÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	13
2 RESGATANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	22
3 A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA	26
3.1 O papel do professor na educação inclusiva	31
3.2 Metodologia	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico aborda a Educação Inclusiva no Brasil, que é compreendida como um movimento mundial que garante o direito de crianças e adolescente frequentarem o ensino regular, em classes regulares. Esse movimento de inclusão vem beneficiando a todos os alunos independentes da sua deficiência. Apoiando a superação do preconceito, e a construção educacional que valoriza a diversidade humana e o respeito mútuo. Esse direito à educação para todos está fundamentado em decretos e leis. Mas sabemos que a inclusão requer, também, mudanças profundas de olhares sobre a questão da diferença e da diversidade.

Esse desejo de me aprofundar nesse tema tão discutido atualmente surgiu a partir das aulas de Educação Especial, da professora Ana Elisabete, na faculdade Pró-Saber (ISEPS). O tema abordado em aula mobilizar ou o resgate de minhas lembranças e da história de vida do meu pai, uma pessoa com deficiência física. Ele viveu em uma época onde não havia uma política inclusiva que valorizasse as diferenças humanas e a importância do convívio com todos em harmonia.

A educação inclusiva vem sendo estudada e defendida por muitos autores destacando os direitos e os benefícios da inclusão para todas as crianças e adolescentes, com ou sem alguma deficiência, na escola regular e em classes comuns, sem distinção. A inclusão trás a igualdade de direitos e, principalmente, o respeito às diferenças. As leis afirmam que todos têm o direito de estudar, de compartilhar saberes, experiências e modelos comportamentais, uns com os outros. Durante um longo período da história do homem. Pessoas com deficiência eram excluídas pela sociedade sem acesso aos meio sociais e direitos como cidadão. O movimento de inclusão faz parte dessa luta da sociedade na busca da garantia dos direitos de todos e do acesso à educação de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência.

Esse estudo procura resgatar os princípios que orientam esse campo da educação inclusiva, com foco no trabalho que deve ser desenvolvido com o

aluno com deficiência física. Pretende contribuir para a reflexão sobre os desafios e as possibilidades de realização dessa proposta de educação inclusiva. Por acreditar que a inclusão é mais do que o simples ato de se colocar a criança com necessidades especiais na escola, procurei investigar quais as adaptações que devem ser oferecidas pela escola e pelo professor para que a mesma seja incluída de fato e de verdade e possa desenvolver sua autonomia e cidadania. Nos primeiros capítulos eu estou citando alguns momentos vividos pelo meu pai (Armando). Com esse objetivo, esse estudo foi dividido em três capítulos e um sub capítulo. No primeiro capítulo, abordo o processo histórico da Educação Inclusiva fazendo um paralelo com a história do meu pai e tudo o que ele passou na vida, por possuir uma parte do corpo diferente.

O segundo capítulo trata da história dos movimentos inclusivo no Brasil. As leis e decretos que foram criados em defesa de uma educação diferenciada e dos direitos da pessoa com uma deficiência, visando assegurar seus deveres e direitos perante a sociedade.

No capítulo três, discutiremos os pressupostos que orientam a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Procuramos refletir sobre os possíveis caminhos para que esse ensino inclusivo realmente aconteça. Destacamos a necessidade de parcerias e da união de toda a família, escola e a sociedade caminhando juntos para a construção de uma escola inclusiva que contribua para o desenvolvimento saudável e humano das pessoas com deficiência.

No último é sub capítulo faço um pequeno resumo sobre o papel do professor na educação inclusiva, seus sentimentos, medos e frustrações e os benefícios. Esse trabalho acadêmico busca incentivar educadores a exercitar a inclusão, pois todos tem o direito a educação.

1 O MOVIMENTO DE INCLUSÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Através desse trabalho, venho abordar os movimentos e as contribuições da sociedade em prol da pessoa com necessidades especiais. Nas mais remotas civilizações o homem já excluía as pessoas com algum tipo de deficiência. Neste tempo, já havia a discriminação e a não aceitação do diferente. As pessoas que apresentavam algum tipo de “anormalidade” eram perseguidas e sacrificadas, com a desculpa que poderiam sofrer ao longo de suas vidas. A história nos conta que, os antigos chineses lançavam crianças deficientes ao mar, os gauleses sacrificavam as crianças e ofereciam esse sacrifício aos deuses, como Teutates. Os Hebreus usavam a visão bíblica de que a deficiência era um sinal de impureza ou mesmo um castigo devido a um pecado cometido pelo deficiente ou pelos seus pais. Em Roma, era lei a morte de crianças que nasciam com alguma deformidade. Na antiga Grécia, não era diferente, onde o culto ao corpo perfeito era valorizado. Para Silva (1986), tudo que fugisse da normalidade e dos padrões exigidos nas décadas deveria ser exterminado, começando pelos animais partindo para os seres humanos, pois eram considerados seres inúteis sem chance de merecer conviver com seres saudáveis.

Podemos concluir que, não havia lugar de direito para os que nasciam fora dos padrões impostos pela sociedade daquela época. As leis eram severas e desumanas. Algumas pessoas com deficiência eram exploradas e usadas como fonte de diversão e muitas crianças eram abandonadas ao relento ou jogadas em esgotos. Eram considerados seres incapazes e sem alma.

a própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus,” ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecido com Deus” os portadores de deficiência ((imperfeições) eram postos à imagem da condição humana (MAZZOTA, 2005, p. 16)

A colocação da autora nos mostra que para justificar atos insanos contra pessoas com deficiência, muitos líderes religiosos, que faziam parte da inquisição, realizavam discursos com uma interpretação errônea da Bíblia, a fim de isentar qualquer tipo de culpa acreditando que tais atitudes eram

corretas. No intuito de exterminar aquilo que parecia ir contra a palavra de Deus, conseguiam manipular a população, inflamando ainda mais a discriminação e o desrespeito àqueles que nasciam com alguma deficiência física ou cognitiva. Muitas pessoas com deficiência eram consideradas como loucos ou como possuídos por espíritos malignos. Essas pessoas inocentes tiveram suas vidas ceifadas e foram lançados em fogueiras, penhascos, torturados, abandonados, entre outras atrocidades. No fim da Idade Média, as concepções a respeito das pessoas com deficiência foram mudando e elas não eram mais exterminadas. Muitas eram abrigadas nas igrejas ou, da mesma forma que na Antiguidade, serviam de objetos de divertimento como os bobos da corte.

A partir desse pequeno resgate da história, observamos que a visão social sobre a questão da deficiência sofre transformações, até os dias de hoje, mas ainda há preconceito social. O preconceito é um comportamento corrosivo que reflete a falta de compaixão ao próximo afetando a vida social e familiar daquele que sofre a dor do preconceito. O preconceito tem como objetivo apontar o defeito do outro gerando um sentimento de incapacidade e inferioridade. Fazendo com que a pessoa com deficiência se sinta uma aberração humana.

Essa questão do preconceito pode ser também analisada, a partir do relato de minha história de vida familiar. Meu pai tinha uma deficiência física em um dos braços. Mesmo assim, desde criança, cresci vendo o braço do meu pai como algo natural. Também, do mesmo modo, meus três filhos e o meu neto cresceram vendo aquela deficiência com muita naturalidade. Sempre conversei com eles, desde pequenos, para respeitarem aqueles que por circunstâncias da vida apresentam alguma diferença decorrente de acidentes, doenças, no nascimento ou por erro médico, como foi o caso dele. Problematizava essa situação fazendo algumas colocações, tais como, antes de qualquer atitude, primeiro coloque-se no lugar daquela pessoa. Como ela se sente?

Com meu pai, passava horas escutando suas histórias, contando que sempre foi rotulado na escola pelos colegas, e até pelos professores. Naquela época, quando meu pai era uma criança, a sociedade não reconhecia os

direitos da criança com deficiência de conviver em harmonia com as crianças ditas “normais.” Acreditavam que eram incapazes de adquirir conhecimento e de conviver socialmente. Com esse pensamento, muitas se isolavam perdendo a chance de interagir, de trocar experiências e de aprender na interação com o outro.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber. Ocorre que a escola se democratizou, abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Por isso exclui os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democracia é massificação de ensino.” (MANTOAN, 2006, p. 16)

O olhar preconceituoso dessa época fez com que muitas pessoas com algum tipo de deficiência ficassem às margens da sociedade sem o direito de estudar, pois não eram aceitos no âmbito escolar. E aqueles que pertenciam a classe média alta viviam na clausura (escondidos) pelas famílias, entre os muros das mansões. Como tivessem cometido crimes sem perdão.

Foto 1 – Papai escondendo o braço



Produção da autora

O aluno com deficiência, muitas vezes, era excluído do seu direito de estudar. E muitos acabavam desistindo, como foi o caso de meu pai, que não aguentou toda aquela situação de exclusão e de atitudes preconceituosas. Nenhum colega sentava ao seu lado ou brincava com ele na hora do recreio, que é um momento preferido para organizarem grupos de variadas brincadeiras, que fazem parte da infância de qualquer criança, ou para trocar ideias e conversar. Ele contava que ficava isolado e excluído. Todo esse sofrimento, apenas por ter um dos braços diferente do que é visto socialmente como perfeito e “normal”. Em alguns casos, crianças com deficiência física, podem ter um comprometimento na coordenação motora, mas podem superar essa diferença.

O termo necessidades especiais é utilizado com um significado mais amplo. Às vezes encontramos na literatura, em palestras e em conversas a informais o uso das expressões pessoas portadoras de necessidades especiais, como sendo melhor do que usar as expressões pessoas portadoras de deficiência, pessoas com deficiência e portadoras de deficiência, no sentido de que, assim seria evitado o uso da palavra “Deficiente” supostamente desagradável ou pejorativa. Todavia, “necessidades especiais” não deve ser tomado como sinônimo de “deficiências ” (mentais, auditivas, visuais, físicas ou múltiplas) (SASSAKI, 1999, p. 14)

Meu pai tinha uma deficiência em apenas um dos membros, mas sofria forte preconceito na escola. Um dia, acabou agredindo um dos colegas se por conta desse comportamento desesperado, acabou sendo expulso. Todos os dias os colegas o chamavam de maneta, aleijadinho, entre outros apelidos que o machucavam e que nunca conseguiu esquecer. Era uma criança que mesmo indo todos os dias para a escola, ficava excluída. Nenhum colega queria tocá-lo e nenhum trabalho era realizado pela escola para superar essa questão do preconceito. Era visto como alguém doente, como se tivesse contraído uma doença contagiosa. Tudo por causa do seu braço ser diferente por conta de um erro médico. Inspirada nas palavras de Werneck (2003), somos capazes de lançar olhares para a pessoa com deficiência principalmente a física que atrai imediatamente os olhares e sentimentos variados de curiosidades e repulsa.

Fazendo com que a mesma passe a se sentir menos humana ou inferior as demais pessoas. Causando constrangimento e sofrimento.

Quando eu saía com meu pai na rua ele era bombardeado com olhares curiosos e, às vezes com risos. Pude sentir na pele a discriminação e a força que o preconceito trás para aquela pessoa que apresenta alguma diferença, que foge dos padrões humanos. Principalmente quando a deficiência é visível, aparente, como no caso da deficiência física. A pessoa com deficiência nessa situação tem sua identidade anulada, e o estigma da diferença é ressaltado e transformando em sua identidade. Ou seja, sua identificação passa ser sua anomalia. De acordo com Amaral:

[...] ajudando a afunilar ainda mais o raciocínio, pois introduz conceitualmente a noção de estigma (marca, sinal) estigma esse imputado aquelas pessoas que se afastam da idealização corrente em determinado contexto. Para ele são três “ aberrações” desencadeantes de estigma do corpo de opções comportamentais e de inserção “tribal (Amaral, p.15, 1998)

O preconceito pode marcar, estigmatizando, toda uma vida deixando seqüelas irreversíveis para o resto da vida. No caso relatado, penso que meu pai, na verdade, nunca aceitou a sua própria deficiência, sempre procurou esconder, principalmente quando era fotografado, como podemos observar nas fotos de família, inseridas ao longo desse texto. Não gostava de se ver com aquilo que o tornava diferente dos outros. Apesar da minha mãe, meus irmãos e eu considerarmos essa diferença apenas como um pequeno detalhe, ele se via como um ser estranho, no meio de uma multidão “perfeita” fisicamente.

Foto 02 - Papai



Produção da autora

A foto acima mostra ele com o braço escondido para trás. Um artifício encontrado para tentar esconder dos olhares dos curiosos. Usava sempre camisas com as mangas compridas e feitas por medida, pois a manga direita era sempre mais curta por causa do braço ser mais curto.

Por mais que eu e minha mãe falássemos que há pessoas com deficiência física muito maior que a dele, na verdade, ele nunca soube como lidar com a sua deficiência. Entende – se que pessoa com necessidades especiais são aquelas que fogem da anormalidade humana imposta pela nossa sociedade.

Quando me casei, tive que entrar na igreja com meu padrinho porque ele não quis entrar comigo. Na hora fiquei chateada, depois pude entender levando em consideração tudo que havia passado na vida, por causa da visão preconceituosa que a sociedade ainda tem sobre a questão da deficiência. O preconceito dói na alma. Se as pessoas tivessem a noção ou se coloca no lugar daquela pessoa com necessidades especiais poderiam perceber o crime que estão cometendo.

Quando meu pai já estava com setenta e oito anos, teve câncer de próstata, ficando no hospital por muitos meses. E algumas lembranças da infância vieram à tona, e aquele fardo que sempre carregara não poderia deixar de fazer parte dessas tristes lembranças que ele guardou. Disse que quando pequeno foi sempre motivo de risos dos colegas e até depois de velho, tudo por ter um braço “defeituoso.” Parecia que ele foi punido por toda sua vida de ter uma parte do corpo diferente. Mesmo com uma deficiência que para mim eu considerava mínima, causou tantos traumas. Fiquei muito abalada com esse depoimento e percebi que o preconceito e a indiferença podem deixar cicatrizes profundas. Por tanto, aquele sentimento de inferioridade de menos humano ele carregou da infância até ficar idoso. Ele sempre foi percebido e apontado pelo seu defeito físico, por outras pessoas. Esse relato nos ajuda a pensar sobre como é fundamental pensarmos nas contribuições do movimento de inclusão que vem ganhando forças, cada vez mais, na sociedade atual. É importante pensarmos que nas escolas regulares a criança desde cedo tenha oportunidades de conviver com a diversidade humana. Assim como eu cresci vendo a deficiência do meu pai. Na sua época faltou esse olhar acolhedor e diferenciado que hoje a inclusão propaga.

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos sem exceção devem freqüentar as salas de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2006.p19)

Acredito que só no ambiente escolar regular inclusivo iremos promover um novo conceito de sociedade que inclui o ser humano independente de tudo que foge de um padrão estereotipado imposto. A convivência com crianças com

diferenças é enriquecedora para todo grupo escolar. Hoje é confirmado pelos gestores escolares que a diversidade beneficia.

“O desenvolvimento pedagógico nessas condições é muito maior do que a criança é educada em classe especial, composta apenas por portadores de deficiência, ” afirma a psicopedagoga Leny Magalhães, professora da PUC-SP, Diário do grande ABC (09/06/2002).

Algumas pessoas desconhecem os direitos da pessoa com deficiência como cidadã. O movimento de inclusão tem buscado democratizar o acesso a essas informações sobre os direitos, potencialidades e características da pessoa com deficiência física, intelectual, sensorial e com diversas síndromes. No contexto atual, muitas conquistas foram alcançadas, muitas questões debatidas e algumas postas em prática. Destacamos alguns documentos legais e declarações que orientam as práticas inclusivas, tais como: Constituição Brasileira (1988), Declaração de Salamanca (1994), Declaração da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990). A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a LDBEN, afirmam o direito de matrícula dos alunos com deficiência nas escolas regulares, em todas as modalidades de ensino.

A inclusão escolar no Brasil vem ganhando espaço significativo a cada dia. Movimentos de profissionais de educação e pais estão se mobilizando na luta e no combate de toda forma discriminatório. Para tanto, é de suma importância que políticas públicas sejam reforçadas valorizando o direito à igualdade. Infelizmente, ainda hoje, há pessoas com o ranço do passado, que pela falta de informação e o medo do desconhecido, ignoram ou rejeitam a convivência com a pessoa com deficiência por acreditar que ele é um ser incapaz ou inválido, sem perspectiva de conviver em sociedade, de construir saberes, trocar e vivenciar experiências enriquecedoras com outras ditas normais. Vygotsky (1989), no entanto, destaca que: “a deficiência’ não é só impossibilidade, mas também é força. Nesta verdade psicológica se encontra o início e o fim da educação social dos alunos com “deficiência. ”

Nesse processo de construção de uma sociedade e escola inclusiva, cabe destacar que inclusão não significa, simplesmente, matricular o educando

com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas especificidades, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica (MEC SEEP, 1998). Precisamos lançar olhares humanizados para saber que pessoas com deficiência podem, sim, usufruir das mesmas condições de vida como qualquer outra pessoa, vivendo com liberdade e paz.

2 RESGATANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Para a reflexão sobre as contribuições dos movimentos de inclusão para a pessoa com deficiência abordo as transformações e ações políticas que fomentam o campo da Educação Especial. Há alguns anos não havia um olhar diferenciado e nem se falava em um tipo de educação voltada para as diversidades humanas que incluísse o outro em toda sua plenitude, ou que oferecesse oportunidades da criança mostrar o que tem de melhor, independente de suas limitações. Elas eram excluídas pela sociedade sem acesso ao ambiente escolar. Recebiam apenas atendimentos clínicos com terapias individuais, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, sem que houvesse ênfase na área pedagógica. Muitos eram mantidos pelos próprios pais em casa, na tentativa de protegê-los da discriminação e do preconceito. Como foi o caso do meu pai, que acabou sentindo pavor da escola, pois lá ele passava momentos de indiferença e humilhação e a negligência e incompreensão dos professores era desesperadora, a ponto de ser expulso. Por ser o caçula de dez irmãos e ter passado pelo abandono no ambiente escolar, ambiente esse que deveria acolher independente da sua aparência física, seus irmãos tinham um sentimento de pena e compaixão. Sua mãe, mesmo já bem idosa, tinha grande zelo por ele. Fazia todas as vontades para suprir aquele drama que ele havia passado na escola.

Seus pais tinham um sentimento de remorso pelo acontecido. Meu avô mandou tirar uma foto do braço de meu pai, com a deformidade aparecendo, e enviou a foto em uma carta para um dos seus parentes em Portugal. Escreveu a seguinte frase na parte de trás: “Essa é a foto do braço aleijado do meu filho Armando”. A foto é da década de cinquenta, quando ele era ainda um jovem, já que nasceu em 1928. Achei essa fotografia quando arrumei seus pertences, depois do seu falecimento. Minha mãe não soube explicar de como ela estava todo esse tempo guardada com ele. No momento que me deparei com aquela foto nem pensei muito, rasguei. Pois aquela fotografia mostrava todo sofrimento que passou. Acredito que muitos como ele que viveram na sua época passaram o que ele passou: a dor da indiferença. A sociedade daquele

tempo era totalmente discriminatória, criando obstáculos para a pessoa com uma deficiência conviver socialmente, causando a segregação e marginalização dessas pessoas. Elas eram punidas por terem uma diferença, fora da normalidade imposta pela sociedade. Não havia oportunidades para desenvolverem suas capacidades, seus conhecimentos ou de participarem de uma vida social. A inclusão de pessoas com necessidades especiais vem sendo conquistada lentamente ao longo dos tempos.

O movimento de inclusão no Brasil ganha força após a década de 1990, com uma legislação que através de leis, decretos e declarações procura provocar mudanças e lutar contra a exclusão social da pessoa com deficiência. O campo da Educação Especial também ganha mais força com o objetivo de oferecer um tipo diferenciado de ensino para atender às necessidades específicas do aluno com uma deficiência, desde a educação infantil até o ensino superior, valorizando o potencial de cada indivíduo.

Acompanhando a história da Educação Especial no Brasil destacamos momentos importantes dessa trajetória, dentre eles, a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro em 1854, hoje denominado Instituto Benjamin Constant (IBC). Em 1857, a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Surdos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). No início do século XX, destaca a chegada de muitos estrangeiros na luta em defesa da inclusão, dentre eles a vinda da psicóloga Helena Antipoff, que foi a fundadora do Instituto Pestalozzi (1926), especializado em atender deficientes mentais. Em 1954, é criada a primeira escola especial da associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro com influência do casal de americanos Beatrice Bemis, George Bemis, membros da National Association for Retarded Children e a atual National Association for Retarded Citizens (NARCH). Essas instituições atuam até hoje e estão espalhados por todo país. Contudo, naquela época, a educação especial ainda era um modelo voltado para o atendimento clínico, favorecendo a segregação dos alunos com deficiência. Muitos educadores descreditavam que os mesmos eram capazes de aprender. Faltava um olhar humanizado que possibilitasse a pessoas com deficiência, o pleno desenvolvimento e o acesso de recursos da sociedade,

aprendendo, vivenciando experiências e trocas, mesmo com suas limitações. Para Fernandes (1999), os médicos tiveram um papel importante na inclusão escolar para perceber que os deficientes que antes viviam em hospitais psiquiátricos misturados. Poderiam ter os atendimentos terapêuticos, mais a parte pedagógica deveriam fazer parte do tratamento. Os médicos tiveram um olhar diferenciado dando um grande passo a inclusão escolar acreditando que os mesmos podem adquirir conhecimento.

Todavia, foi a partir do século XX, que as pessoas com deficiência passam a ser consideradas cidadãs. Por volta da década de 60, as famílias começam a criticar a segregação e a discutir sobre a integração social. As famílias se conscientizam que a educação é para todos sem distinção. Nas décadas de 80 e 90 são realizados vários Congressos Mundiais de Educação defendendo os direitos de incluir as pessoas que no passado eram severamente excluídas. É importante citar que em 1985, a Assembléia Geral da ONU recomenda o ensino de pessoas com deficiência no sistema regular.

Também a Constituição Federal de 1988 garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino. A emenda à constituição trata do direito da pessoa com deficiência propondo melhorias das condições sociais e econômicas, priorizando a educação inclusiva gratuita. A partir de 1990, os debates em nível mundial referente à educação inclusiva vão tomando proporções significativas. Cerca de 80 países assinam a Declaração de Salamanca, em 1994, proclamando as escolas regulares inclusivas como meio mais eficaz de combater toda forma de discriminação. Para isso é importante a união dos pais e profissionais de educação.

Destacamos algumas leis no contexto brasileiro que procuraram garantir a inclusão escolar de crianças e adolescentes:

- A Constituição Federal (1988), art.208.
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/ 1996.
- A Lei da Pessoa Portadora de Deficiência Lei nº7853/ 1989.
- O decreto nº 3298/ 1999 que regulamenta a Lei 7853.

- A Lei nº 10098/ 2000, sobre acessibilidade.

-A Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC/2000).

Essas Leis confirmam e fundamentam o direito de pessoas com necessidades especiais a frequentarem as redes regulares de ensino. Gozando de possibilidades de interagir, aprender, trocar, conviver e brincar mesmo que seja de forma adaptada. Para (Werneck, 1997, p.58) “incluir não é favor, mas troca quem sai ganhando nesta troca são todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não”

Para a autora, incluir é acabar por completo com o preconceito e a escola tem essa tarefa e responsabilidade. E todos devem ser envolvidos nesse processo. Ao tratarmos todas as crianças como iguais em direito e deveres, barreiras produzidas pelo imaginário social serão dissipadas. Mesmo com suas limitações implicadas pela deficiência, não podem ser excluídas da sociedade, merecendo o mesmo respeito e dignidade. Para tanto, é mister sensibilizar a sociedade para que as pessoas se libertem de seus preconceitos e que os poderes público em geral, através da implantação de medidas inclusivas, organizem a sociedade para esta prática e, por conseguinte, proporcionando, uma vida mais saudável e plena.

3 A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Fazendo uma recapitulação sobre a história do sistema educacional no Brasil, constatamos que, no início do século XX, havia somente dois tipos de escolas: a escola regular para alunos ditos normais e a escola especial para os alunos com deficiência. Nenhuma instituição escolar regular estava preparada para atender alunos com deficiência. Somente quando a família começa a procurar a escola regular para matricular o filho com deficiência, que adaptações nessa escola regular começam a ser cobradas e criadas, como por exemplo, no espaço físico, a grade de horários, na elaboração de um planejamento individualizado atendendo as diversidades. A família passa a criar um vínculo com a escola.

Sabemos que o envolvimento dos pais e da família são essenciais para o desenvolvimento e à permanência do educando na escola. Com as mudanças nas políticas públicas nesse campo, observamos maior ênfase na educação inclusiva para as pessoas com necessidades especiais. Passa a prevalecer a ideia de que a escola regular é para todos. Todo aluno independente de ser deficiente ou não pode apresentar dificuldades em algum conteúdo. Todo ser humano é diferente cada um possui a sua singularidade (seu jeito particular de ser). Para Madalena:

Temos uma marca em nosso corpo, nossa impressão digital, que registra que cada um de nós é um único exemplar na face da terra e, por isso mesmo, estamos fadados ao mundo das diferenças, sempre em confronto com o diferente. Sempre incluindo os outros à vida de grupo, do heterogêneo. (FREIRE, 2008, p.25)

Eu mesma quando cursei o antigo primário no fim da década de 60, não me considerava uma mente brilhante, minhas notas eram sempre baixas, eu só queria ir para escola para brincar, não levava os estudos a sério, por outro lado não tinha o incentivo dos meus pais que achavam que a mulher não precisava estudar. Era só casar, para cuidar do marido e dos filhos. Tinha muita dificuldade na matemática e na língua portuguesa, duas disciplinas que serviam como indicadores se o aluno era inteligente ou não. Isso me fazia pensar que eu era uma criança burra. Eu fui me educando com essa visão.

Mesmo não tendo uma deficiência, era como a tivesse. Percebia um afastamento de alguns alunos e professores. Principalmente no início do ano letivo, quando havia a distribuição dos materiais pela caixa escolar. Um benefício promovido pela caixa escolar, e que a escola mantinha naquela época, era que somente os alunos considerados carentes recebiam todo uniforme e todo material didático, gratuitamente. Eu lembro quando a professora falava bem alto na sala anunciando que já havia chegado os materiais doados pelo governo e que, os alunos que faziam parte da caixa escolar podiam ir a secretaria pega-los. Meus colegas de classe começavam a gritar: pobre, pobre. Eu tentava disfarçar, como mecanismo de defesa, querendo mostrar que eu não estava nem aí para eles, mesmo me sentindo muito envergonhada. Meu irmão, que era da mesma turma e mais novo, começava a chorar copiosamente. A escola regular que eu estudava tinha muitos filhos de médicos e empresários. Essa escola fica perto da minha casa, hoje ela atende somente crianças carentes e de comunidades locais. As famílias que tem uma situação financeira boa preferem colocar seus filhos nas instituições privadas.

Estamos vivendo em uma era de descobertas, invenções grandiosas aonde velhas teorias são derrubadas, dando espaço para o novo. Ocorrem mudanças no clima, na tecnologia, na política. Mesmo com tantas transformações, valores indispensáveis à vida humana não evoluíram muito. O básico que é o respeito para vida digna para todos ficou em segundo plano. Hoje, muitas crianças e adolescentes ainda são excluídos ou segregados em salas de aulas. A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”(art.3º, inciso IV). Mesmo com leis que asseguram o direito das minorias, infelizmente, a sociedade ainda insiste em rejeitá-las. Há ainda aqueles que não conhecem as leis que garantem a liberdade e os direitos básicos de todas as crianças e adolescentes frequentarem o ensino regular. Voltando à história de vida de meu pai, podemos refletir sobre essa rejeição e preconceito em relação à inclusão. Meu pai viveu sua infância no início da

década de 30, quando muitos alunos ditos “normais” não aceitavam dividir o espaço com quem tivesse alguma diferença e eles procuravam manter a distância para não serem apontados pela turma de andar com um colega “defeituoso.” Ele foi matriculado na escola regular mais frequentemente era torturado por atitudes preconceituosas, por conta desses acontecimentos foi expulso quando agrediu um dos colegas. Ele se apoderou do mecanismo de defesa usando a força física, uma atitude vista por mim como um grito de socorro para que aquela situação acabasse de uma vez por todas. Essa atitude acabou causando sua expulsão. Mesmo não fazendo mais parte do ambiente escolar, sempre que possível, procurava escrever cópias que suas irmãs mais velhas passavam para ele, um recurso de não parar no tempo, de não esquecer o que aprendeu no pouco tempo que ficou na escola.

O pouco estudo que tinha não permitiu que ele se tornasse semi-analfabeto. Escrevia com a mão esquerda e sua letra era firme e muito bonita. Gostava de ler jornais para ficar por dentro dos acontecimentos do mundo. Quando íamos ao mercado ele costumava fazer os cálculos de cabeça, eu não me atrevia a calcular junto, sua memória era rápida. Todos os dias ele tomava a tabuada, minha e dos meus irmãos menores, e quando errávamos ele ficava muito triste. Falava que tínhamos que ter a tabuada na ponta da língua para conseguirmos realizar os cálculos matemáticos. Nos “discursos políticos, sempre escutei a seguinte frase: “as crianças são o futuro do Brasil”. Em minha opinião, elas são o futuro e também o presente para a construção de uma nação feliz, saudável e justa para os que por alguma razão são deixados de lado a margem da sociedade. Precisamos ter um olhar apurado de renovação e inquietações, apoiando a criança em todos os aspectos da sua vida, deixando marcas positivas de amor ao próximo respeito às diferenças. Precisamos plantar sementes de justiça para que gerações semeiem. Para que as próximas gerações consigam viver em plena harmonia e amizade. Muitos dizem que a escola é a base de tudo. Mas por outro lado, Figueira (2010) fala que a escola foi onde muitos ainda na sua tenra idade sentiram o gosto da rejeição e do preconceito por parte dos colegas e professores. E que nenhum espaço social excluiu tanto quanto a escola.

Foto 03 – Meu pai aos nove anos de idade (sentado de baixo para cima)



Acervo da autora

Precisamos lutar para uma escola verdadeiramente inclusiva.

A escola prepara o futuro, e, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão.(MANTOAN, 2006, p. 61)

Não adianta matricular a criança com necessidades especiais, para que a mesma fique isolada, vegetando atenção sem direito de ampliar seus conhecimentos, vivenciar trocas e experiências. Ela precisa ser valorizada assim como o aluno dito “normal” porque cada ser humano é uno. Já sabemos que por muitos anos a Educação Especial funcionava como um sistema paralelo, enfatizando mais o atendimento médico e a educação ficava em segundo plano. Havia um tabu, pois se acreditava que era impossível e sem chances de uma pessoa com limitações físicas e cognitivas adquirir

conhecimentos. Elas eram desacreditadas pela própria família e por educadores.

Hoje, sabemos que para lidar com pessoas com deficiência não precisamos de uma mega estrutura ou um super educador. Uma escola verdadeiramente inclusiva valoriza a criança e adolescente do jeito que ele é com suas limitações.

Para terem direito a escola não são os alunos que devem mudar, mas a própria escola! O direito a educação é natural e indisponível. Por isso não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais ou para os menos privilegiados”(MANTOAN, 2006, p. 9)

Na sala de aula inclusiva todas as crianças se enriquecem, pois tem a oportunidade de compartilhar a aprendizagem mútua. Despertam cedo para a necessidade do cuidado umas com as outras e conquistam valores que vão carregar até a idade adulta, que geram repúdio a toda forma de discriminação que possa existir. É de suma importância na construção de uma escola inclusiva o ser humano, mentes inclusivas que reforcem a igualdade de direito. A participação da sociedade em geral, das famílias, do corpo docente escolar são ingredientes indispensáveis para o sucesso. Inspirada nas palavras de Mantoan (2002) é preciso com urgência reforçar as políticas públicas para que aconteça a inclusão de fato e verdade. Caso contrário o ambiente escolar passa a ser um pesadelo para aqueles com algum tipo de deficiência.

Muitas escolas e creches inserem o aluno na turma, mas apenas isso não é uma escola inclusiva. Às vezes, apenas obedecem à lei nº.9.394/96(LDB, art.4º, III) que estabelece que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser realizado, preferencialmente, na rede regular de ensino(Brasil, 1996). Com essa lei fica claro que hoje, no século XXI, toda escola regular tem que receber o aluno com necessidades especiais. Mas, a inclusão escolar pede muito mais do que salas com aparelhos de ultima geração para os deficientes. A inclusão deve buscar incessantemente a quebra das barreiras do preconceito, do medo e da indiferença para com o outro, exterminando todo sentimento que estigmatiza e rotula o deficiente. Não é o aluno que tem que se adaptar ao sistema de

ensino, mas é a escola inclusiva que deve se adaptar a aprendizagem desse aluno. A escola não pode mais escolher ou selecionar alunos. A escola tem um papel fundamental no crescimento do sujeito. É notório para todos que a escola tem um papel de suma importância na vida da criança e ela pode marcar de forma positiva ou negativa. A inclusão facilita de forma positiva a convivência de todos. Alunos ditos “normais ” quando convivem com alunos com deficiência se tornam se mais sensíveis para compreender a diversidade humana, crescendo com valores de justiça e compaixão ao próximo.

3.1 O papel do professor na educação inclusiva

O professor tem um papel fundamental no processo de inclusão, por outro lado, ele se sente responsável pelo sucesso e fracasso no desenvolvimento da criança ou adolescente com necessidades especiais.

Como considera o professor uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor, a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso, a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino. (MANTOAN, 2006, p.55)

A aprendizagem deste aluno é uma das metas importantes, não só do professor, mas de todos os profissionais que estão envolvidos nesse contexto educacional inclusivo. Um trecho da Declaração de Salamanca (1994) destaca que: “A preparação adequada de todo pessoal da educação constitui um fator – chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusiva”. Para alguns professores que não estão capacitados para atender a diversidade dos educandos não é fácil e, muitas vezes, há uma resistência, medo e muitas dúvidas de como lidar com o aluno com uma deficiência.

Para isso, o educador precisa ter em primeiro lugar um olhar especial, acolhedor e humanizado que transmita para o aluno que ele é bem vindo ao espaço escolar, que é dele por direito, assim como, também dos demais

alunos. Outros também se queixam de estarem sozinhos no processo de inclusão. Às vezes, a própria direção e os colegas abandonam esse professor como se o aluno com necessidades especiais fosse de total responsabilidade dele e negam qualquer tipo de ajuda.

Entretanto, é impraticável que o professor sozinho faça a inclusão e, do mesmo modo, a família sozinha não faz a inclusão. Para que aconteça a verdadeira inclusão é preciso haver a mobilização de todos. O professor deve proporcionar formas de comunicação e interação visando uma dinâmica entre os educandos para que haja uma adaptação com o meio. O educador precisa ter uma visão que possibilite ao aluno construir sua aprendizagem. “temos que saber aonde queremos chegar. Para isso, é importante que fique claro que não existe o caminho a ser seguido, mas caminhos a escolher, decisões a tomar.” (Mantoan, 2006, p.11). Pois, o professor que enfatizar o fracasso de quem é diferente não pode ser chamado de educador. Alguns professores podem criar barreiras contra a inclusão. Segundo Paulo Freire (1996):

Aceitar e respeitar a diferença são uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponês, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destratável ou desprezível. (p.120)

Muitos se sentem despreparados para atender o aluno com necessidades especiais alegando ser mais complexa sua aprendizagem. Outros aceitam somente para cumprir normas da escola, rejeitando esse aluno e conseqüentemente passando para o mesmo sua repulsa, transformando sua presença indesejável.

Por terem internalizado o papel de praticantes, os professores esperam que os formadores lhe ensinem a trabalhar na prática, com turmas de alunos heterogêneas, a partir de aulas, manuais, regras, transmitidos e conduzidos por formadores do mesmo modo como ensinam em sala de aula. (MANTOAM, 2006, p.54)

É preciso fortalecer a sua formação para que possa saber lidar com os desafios que estão chegando a todo o momento. Conscientizando e dando suporte necessário para que o mesmo se sinta fortalecido para que não venha a excluir o que considera desconhecido e sim procurar se informar. Acredito que a informação é um grande passo para aprender a lidar com o desconhecido.

Todavia, sabemos que o professor não é detentor de saberes, pois ninguém nasce sabendo tudo. Ele deve ser um eterno pesquisador se revestindo com armadura na luta e no combate a discriminação e o preconceito. Estudar estratégias mediando à convivência entre os educandos, estimulando o espírito de solidariedade e companheirismo para que haja o respeito entre o grupo. Precisamos facilitar a inclusão entre as crianças para que os erros do passado não se repitam, quando alunos com deficiência eram esquecidos em salas de aulas. Essas orientações construirão um vínculo afetivo entre todos, favorecendo a socialização e a cidadania, promovendo uma sociedade mais humana e justa. A metodologia de ensino precisa ser flexível atendendo a todo tipo de aluno com uma deficiência, respeitando seu tempo de aprendizagem.

As oportunidades de contribuir de maneira significativa são importantes não somente para a auto-estima do aluno com uma deficiência, mas também para conquistar o respeito de seus colegas. O papel dos pais e dos professores é o de criar situações para um aluno com uma deficiência importante poder contribuir de maneira que suas limitações não se evidenciem. À medida que os relacionamentos crescem e as amizades se desenvolvem, a necessidade de contribuições extrínsecas diminui, pois o aluno passa a ser reconhecido por seu próprio valor intrínseco e os colegas começam a perceber as potencialidades e as habilidades inerentes a um e a outro. (STAINBACK, 1999, p.187)

Cada vez mais os pais estão se apropriando do direito dos filhos com necessidades especiais de frequentar escolas regulares e de participar de todo movimento escolar, independente de suas limitações. Transformar as escolas em espaços verdadeiramente inclusivos é nosso desafio

3.2 Metodologia

Os caminhos que nortearam minha pesquisa monográfica e os instrumentos metodológicos foram diversos construindo suporte no processo de construção desse trabalho. Através de livros, periódicos e artigos as aulas das professoras Cristina e Del. Consegui me apropriar do tema em questão. Acrescentando a todo esse material, o exercício da observação e reflexão. A avaliação dos meus registros foi constante do assunto em pauta. Segundo a profa Madalena Freire (2012) “nosso registro é nossa arma de luta”. Nunca mais esqueci essas palavras ditas pela nossa mestra quando construía aula com a turma 2012, no Pró-Saber. Ou seja, quando registro, estou estudando e ampliando hipóteses, dúvidas e questionamentos, que me permitiram refletir sobre minha aprendizagem. Esses instrumentos foram essenciais durante todo o processo da minha monografia. E com certeza farão parte por toda minha vida como educadora e, em meu ensinar e aprender. Pois, a todo o momento estamos aprendendo. É importante para isso, utilizamos os instrumentos metodológicos.

O registro permite a sistematização de um estudo feito ou de uma situação de aprendizagem vivida. O registro é história, memória individual e coletiva eternizadas na palavra grafada. É o meio capaz de tornar o educador consciente de sua prática de ensino, tanto quanto do compromisso político que a reveste. (FREIRE, 2008, p. 59)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, muito se tem falado na Educação inclusiva, mas nem sempre foi assim. Algumas décadas atrás a pessoa com uma deficiência era vista como uma aberração humana, incapazes de aprender e conviver em sociedade. Elas eram abandonadas e condenadas à morte por conta de serem diferentes. As leis daquela época julgavam severamente os que fugiam dos padrões de normalidade. A informação é essencial para que mitos do passado sejam desmistificados. Os movimentos em prol da inclusão vêm ganhando força e rompendo barreiras significativas. Esse tema tão antigo e ao mesmo tempo tão atual vem sendo abordado e discutido em debates e palestras. Acredito que somente através da educação inclusiva, onde todas as crianças desde pequenas possam conviver e crescer com a diversidade será possível lutarmos contra todas as formas de segregação, preconceito e exclusão social.

O professor tem o papel de mediador entre os alunos, ele deve estar comprometido com o movimento de inclusão, trabalhando com adaptações curriculares e planejamento individualizado para atender e valorizar o potencial de cada educando com algum tipo de deficiência. O acesso de crianças com necessidades especiais no convívio com as crianças ditas “normais” trás benefícios para todos, possibilitando ampliações na aprendizagem, trocas e experiências de convívio e respeito em relação à diversidade humana. O apoio da família é fundamental para o desenvolvimento social do aluno. A pessoa com uma deficiência não pode ser excluída da sociedade, merecendo respeito e condições de vida digna, como cidadão. É importante sensibilizar a sociedade em geral, criando medidas que promovam a inclusão incessantemente para que absurdos do passado não se repitam jamais. Por conseguinte, proporcionando uma vida saudável e feliz.

Para tanto, primeiramente, faz – se necessário que as pessoas se libertem de seus preconceitos ultrapassados e que os poderes públicos, através da implantação de medidas inclusivas, organizem a sociedade para essa prática.

Não podemos mais aceitar que em pleno século XXI, com toda a evolução tecnológica, industrial, científica, o homem ainda continue a excluir o próprio homem, seja pela raça, cultura, religião, cor, religião, deficiência etc. Excluir alguém por não fazer parte de um padrão imposto pela sociedade contemporânea é dizer não aos direitos humanos, é caminhar para trás.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. **Diferença e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. **Ministério da Educação Diretriz Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, SEEP, 2001.

CARVALHO, RositaEdler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: Educação Inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

_____. **Temas em Educação Infantil.** 2º ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

FIGUEIRA, Emílio. **Aspectos e Mecanismos sociais que envolvam as Pessoas com deficiência.** Disponível em: <http://www.planetaeducação.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1837>
Acessado em: 31 ago. 2014.

FREIRE, Madalena. **Educador.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil e Histórias Políticas.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

REILY, Lúcia. **Escola inclusiva.** Linguagem e mediação. 3ed. São Paulo: Papiros, 2004.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro, 1997.

SEQUEIROS, LEANDRO. **Educar para a solidariedade: Projeto didático para uma nova cultura de relação entre os povos.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Otto Marques. **A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na História do mundo de ontem e hoje.** São Paulo: CEDAS, 1987.

STAINBACK, SUZAN; STAINBACK, William. **INCLUSÃO: Um guia para educadores.** Porto Alegre: Artemed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948. Representação da UNESCO no Brasília.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação social da mente.** São Paulo: Vozes, 1994.

WERNECK, Claudia. **Ninguém vai ser Bonzinho na sociedade inclusiva.**
_____. **Você é gente?** São Paulo: WVA, 2003.